

Clara BARROS. Versões Portuguesas da Legislação de Afonso X. Estudo Linguístico-Discursivo. Porto: Uporto editorial. 2010. 592 pp.
ISBN 978-989-8265-19-7¹

Ana Maria Brito
abrito@letras.up.pt

*Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Centro de Linguística
da Universidade do Porto (Portugal)*

0 - Apresentação geral da obra

O livro intitulado *Versões Portuguesas da Legislação de Afonso X. Estudo Linguístico-Discursivo*, de Clara Barros, é uma versão ligeiramente alterada da tese de doutoramento em Linguística, defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em Abril de 2007, consistindo na análise linguístico-discursiva da versão portuguesa de três textos jurídicos da legislação de Afonso X, *Primeyra Partida*, *Foro Real* e *Flores de Dereyto*. Como a própria autora afirma na nota de apresentação, embora seja um trabalho de investigação linguística nas suas vertentes sincrónica e diacrónica, este livro faz incursões no domínio da análise do discurso jurídico e do estudo das estruturas de poder e das instituições na Idade Média, pelo que se reveste de muito interesse para estudiosos das áreas de História Medieval ou de História do Direito Peninsular.

Com efeito, o seu capítulo I, *Os textos e os seus Contextos*, transporta-nos para a Idade Média, mais exactamente para os séculos XIII e XIV, na Península Ibérica. Como é sabido, Afonso X (1221-1284), rei de Castela e Leão de 1252 a 1284, mais do que pelos seus feitos políticos, distinguiu-se por ter impulsionado a economia, a justiça e a cultura, pelos livros que escreveu e pela legislação que produziu. Em pleno período feudal,

¹ A presente recensão é um texto modificado da apresentação feita na *Feira do Livro do Porto* no dia 16 de Junho de 2010. Aproveito para agradecer à autora, à Uporto Editorial e à Feira do Livro do Porto o convite então formulado.

os poderes existentes na Península Ibérica enfrentavam vários problemas, que iam da dispersão dos diversos poderes à falta de legislação. Escreve a este propósito Clara Barros: “neste período de enorme ampliação territorial que se segue à reconquista, observa-se uma concentração de poderes nas mãos de cavaleiros que representam o poder militar ou de nobres e clérigos escolhidos a quem eram confiadas tarefas de organização e repovoamento do território. Poderes dispersos que surgem por concessões feudais ou por usurpação e persistem depois por direito consuetudinário” (p. 50). Ora, é precisamente neste enquadramento que Afonso X vai produzir legislação, uma produção constituída fundamentalmente pelos três textos já referidos. Em Portugal, a mesma necessidade de legislação faz-se sentir e, dadas as profundas ligações entre Portugal e os reinos de Castela e Leão, os textos de Afonso X são traduzidos; são essas traduções “em linguagem”, em Galego-português, que serviram de corpus à investigação de Clara Barros.

1- O *corpus* e o enquadramento teórico-metodológico da análise

Segundo Azevedo Ferreira, que fez a edição dos três manuscritos dos textos aqui em análise, *Foro Real* e *Flores de Dreyto* são provavelmente de 1280 e *Primeyra Partida* de 1350. A datação relaciona-se com vários factos históricos: é no reinado de D. Dinis que o Português foi decidido como língua oficial de chancelaria régia e que se generalizou o uso escrito do vernáculo na documentação oficial. E foi também nessa época que se intensificou a produção e a reprodução de textos legislativos nos reinos peninsulares. Quanto à fase da língua, não parece haver dúvidas: os textos estão escritos em Galego-português, como atestam várias propriedades: a existência de participios passados em *-udo*, formas verbais de 2ª pessoa do plural com *d* intervocálico, terminações em hiato em *-io / iho, ia / iha*, a existência de um léxico muito próprio, em que entram palavras como *chus, rem*, entre outros factores (cf. Azevedo Ferreira 1987).

O *corpus* é, portanto, grandemente homogéneo, do ponto de vista linguístico e discursivo; na realidade, a homogeneidade linguística do corpus e o seu enquadramento numa mesma sincronia, o Galego-português, é “um requisito metodológico necessário”, uma vez que a autora se propõe realizar “uma análise do funcionamento textual / discursivo desses textos, o que pressupõe uma perspectiva sincrónica” (p. 64). Porém, o livro comporta

não só uma dimensão sincrónica, assumindo-se como um trabalho de Pragmática Linguística, com relações com a Análise do Discurso, a Teoria do Texto e do Discurso e Teorias da Argumentação, mas também um trabalho em Linguística Histórica, descrevendo e explicando a evolução de certos morfemas, nomeadamente conectores envolvidos na estruturação textual-discursiva (cf. também Barros 2002).

2 - Organização do livro

Detenhamo-nos, pois, um pouco mais em cada uma das componentes do trabalho.

No cap. 2, intitulado *Dimensões de ordem composicional do discurso*, a autora analisa os aspectos da organização macro-textual dos textos. Por estarem incluídos numa mesma tradição discursiva, os textos em análise mantêm uma relação de dependência em relação ao tipo de discurso jurídico legislativo, em certa medida fixo, convencional, normalizado, com fórmulas de abertura e fecho das unidades (Livro, Título, Lei) (p. 74). Mas desde logo é anunciado que “há diferenças assinaláveis entre os textos, não só quanto à extensão e complexidade das partes que os constituem, como sobretudo quanto ao grau de elaboração das estratégias discursivas que apoiam e justificam a organização macro-textual” (p. 74).

Assim, no capítulo 3 é analisado o *discurso legislativo expositivo*, no capítulo 4 o *discurso legislativo justificativo* e no capítulo 5 a *articulação sequencial entre o discurso legislativo expositivo e o discurso justificativo* e tudo isto nos três textos em estudo. Este é o centro fulcral do livro, indo da p. 73 à p. 503. Percebemos que os textos têm uma organização discursiva complexa, “articulando discursos de índole diversa e em que se fazem ouvir vozes diferenciadas” (p. 574), que o Locutor vai conjugando. Os textos combinam um discurso legislativo expositivo, de carácter prescritivo e não prescritivo, e, por outro lado, um discurso legislativo justificativo, em que se cruzam várias vozes. Para além da intenção de estabelecer legislação há outras intenções, e cito de novo da p. 574: “a de afirmar a legitimidade da ação legisladora, a de informar / transmitir o conhecimento das leis; a de persuadir o Alocutário da justiça, necessidade e oportunidade dessas mesmas leis; e ainda a de delinear e operacionalizar a praxis do futuro aplicador da lei.” Os textos conjugam, assim, uma dimensão explicativa e uma dimensão

justificativa, para além de uma acentuada preocupação didática.

Para os três textos, Clara Barros apresenta tabelas que tornam mais evidentes os traços de composição do discurso, as estratégias de explicitação utilizadas e o carácter sistemático da organização textual (p. 93). Os capítulos 3, 4 e 5 são, por isso, os mais densos do livro, mas também os mais ricos para aqueles que se interessam pelos aspetos linguísticos do texto / discurso.

Nesses capítulos, é desenvolvida uma análise da organização explicativa e justificativa dos textos em várias dimensões linguísticas, apoiada em instrumentos da Semântica e da Pragmática Linguísticas. Na caracterização de aspetos salientes de realização do discurso justificativo, são destacadas as construções causais, as construções comparativas, as construções contrastivas, que surgem muitas vezes integradas na argumentação-explicitação-justificação, quando se quer convocar modelos ou quando há recurso a narrativas exemplares. É também digna de nota a análise de operadores contrastivos, que surgem frequentemente neste tipo de discurso, quer porque o desenvolvimento do texto de uma lei considera a eventualidade de circunstâncias diferentes, quer porque o locutor antecipa e previne contradiscursos.

Em síntese, nos capítulos 3, 4 e 5 encontramos um estudo das dimensões linguísticas e discursivas dos três textos analisados, mostrando-se como se enquadram numa dada tradição discursiva, mas, ao mesmo tempo, através de uma análise linguística fina e detalhada, evidenciam-se as especificidades e as singularidades de cada obra, numa dialética entre micro e macro-análise, na linha de Joaquim Fonseca, autor cuja obra tem marcado decisivamente o trabalho da autora.

O capítulo 6 é um capítulo de Linguística Histórica, pois nele são sintetizados os aspetos de ordem especificamente diacrónica: o objetivo é mostrar que a análise do funcionamento de determinados morfemas em sincronia pode dar informações sobre as tendências da sua evolução. Em primeiro lugar, são analisados alguns conectores responsáveis pela marcação de nexos de coordenação e subordinação intra e interfrásica, em particular os morfemas contrastivos *mays* e *pero*. Além destes, revela-se que no corpus analisado funcionam como contrastivos muitos morfemas não assinalados normalmente como tal; e estudam-se algumas partículas ou morfemas que têm um funcionamento discursivo diferente dos seus usos atuais. A

análise efetuada permite concluir, por exemplo, que *seno* parece estar em declínio nos textos estudados, *pero* apresenta ainda grande vitalidade, *mays* é frequente mais como concessivo do que como adversativo (p. 513). Por outro lado, certas formas estão em vias de gramaticalização, como acontece com *todavia*, *por ende*, *com todo esso*, que se começam a manifestar como conectores contrastivos. Na linha de alguns estudiosos, a autora defende que o percurso da gramaticalização destes conectores é “a expressão de uma avaliação em termos de uma escala valorativa” (p. 541). Assim, nos morfemas “*toda via*”, “*com todo*”, que vão, a pouco e pouco, dando origem aos concessivos “*todavia*” e “*contudo*”, os elementos parecem estar ligados na sua origem a uma qualificação / quantificação superlativante ou a uma noção de limite ou a quantificadores universais.

Para além dos conectores que se vão tornando concessivos, Clara Barros analisa neste capítulo a forma “*onde*”, que se vai, igualmente, gramaticalizar como um operador conclusivo e resumptivo, equivalente a usos modernos de base locativa como “*daí que*”, “*daqui resulta que*” (p. 544).

Outra dimensão estudada neste capítulo é a correlação de morfemas, uma estratégia de conexão frásica muito presente no Português Medieval em construções contrastivas, causais, conclusivas e comparativas, já estudadas por Mattos e Silva (1989) e também pela autora em trabalhos anteriores. Mais uma vez a correlação de morfemas é aqui analisada na sua dinâmica diacrónica, quer confrontando-a com a predominância de parataxe do período anterior, quer comparando-a com estruturas de hipotaxe que virão a concretizar-se em sincronias posteriores (p. 557).

Em relação à ordem de palavras neste período do Português Medieval, a autora propõe que há uma fundamentação discursivo-pragmática do aparecimento de alternativas à ordem de palavras mais frequente e defende que no período medieval as motivações de ordem argumentativa e composicional são determinantes no recorte sintático e na estruturação da frase (p. 564).

Na conclusão do seu livro, Clara Barros retoma o duplo objetivo da investigação, a vertente discursiva e a vertente diacrónica, concluindo que a Pragmática Histórica lhe deu os instrumentos necessários não só para evidenciar algumas das características textuais e discursivas da escrita medieval não literária, como também para fazer a descrição da deriva de certos morfemas, nomeadamente os conectores.

3 - Alcance da obra e principais questões levantadas

Como se percebe pela apresentação feita, este livro é um contributo importante para a Linguística, para a História da Língua Portuguesa, para a História Medieval e para a história do Direito Peninsular, interessando a um público diversificado, para além dos leitores típicos de obras de Linguística.

Do ponto de vista teórico e metodológico, esta obra levanta questões relevantes. Ao analisar o funcionamento discursivo e linguístico de textos pertencentes a sincronias do passado, a obra discute a já referida posição da Pragmática Histórica face à Linguística Histórica. Os estudos de Pragmática Histórica devem ser perspetivados como sincrónicos ou como diacrónicos? A pergunta pode ser desenvolvida noutras e cito a própria autora: “a análise pragmática incide sobre o uso linguístico numa sincronia do passado, descrevendo como era usada a língua nesse período?” - e então estamos em sincronia – “ou, em alternativa, incide sobre o desenvolvimento e evolução de elementos linguísticos, sobre a mudança observável em textos de circunstâncias históricas diferentes?” (p. 19). Como sabemos, não basta analisar usos linguísticos em sincronias do passado para se estar perante um trabalho em Linguística Histórica; é necessário captar as mudanças e perceber nas amostras em estudo os sinais e os fatores linguísticos que conduzirão a alterações na gramática das línguas (ver, entre outros, Castro 2006, Cardeira 2006). Esta obra fá-lo essencialmente no seu capítulo 6.

A outra questão levantada por esta investigação é a do relacionamento da Pragmática Histórica com outras áreas da Linguística. A este propósito, Clara Barros defende o carácter integrador desta disciplina (pp. 577-9), mas, ao fazê-lo, usa muitos contributos da Semântica frásica e da Sintaxe. Na minha opinião, é a Linguística Histórica que é, ou deve ser, uma disciplina integradora, na medida em que, recorrendo a diferentes dimensões linguísticas, capta as mudanças em curso e as explica.

Finalmente, este trabalho coloca o problema da natureza da gramaticalização. Considerada desde Meillet (1912) como o desenvolvimento de novo material gramatical funcional a partir de itens lexicais “autónomos”, o fenómeno tem sido estudado de vários modos. Hopper e Traugott (1993) usam o termo para designar o próprio quadro teórico que estuda como

novas formas gramaticais e como novas construções surgem, atribuindo-lhe um poder geral e explicativo da própria mudança linguística. Para Lightfoot (2006), a gramaticalização é um fenómeno importante, mas sem força explicativa. Roberts e Roussou (2003) vêem-na como um caso regular de mudança paramétrica não muito diferente de outras mudanças, chegando a considerá-la um epifenómeno. Para a Pragmática Linguística, disciplina que está intimamente ligada a Andreas H. Jucker, professor da Universidade de Zurique, autor de *Historical Pragmatics: Pragmatic Developments in the History of English*, de 1995, e co-editor, juntamente com Irma Taavitsainen, da Universidade de Helsínquia, do prestigiado *Journal of Historical Pragmatics*, o foco de processos como a gramaticalização e a discursivização deve ser posto nos aspetos socio-históricos e pragmáticos dos textos e nos seus contextos socioculturais. Também para Clara Barros, que vê os textos / discursos na sua permanente interação com os contextos, “é o contexto pragmático que suscita (...) as mudanças semânticas e acelera o processo de gramaticalização”.

Assim sendo, este estudo combina, de maneira feliz, a dimensão sincrónica e diacrónica da língua, vindo preencher um lugar pouco explorado em Portugal, o dos estudos de Pragmática Histórica.

REFERÊNCIAS

- Azevedo Ferreira, J. 1987. *Afonso X. Foro Real. Edição e Estudo Linguístico*, 2 vols. Lisboa: INIC.
- Barros, C. 2002. Pragmática Histórica: perspectivas de alargamento da metodologia de análise de textos medievais. In: I. M. Duarte, et al. (orgs.) *Encontro Comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*. Porto: CLUP, 1, 131-139.
- Castro, I. 2006. *Introdução à História do Português*. Lisboa: Colibri.
- Cardeira, E. 2006. *História do Português*. Lisboa: Caminho.
- Hopper, P.; Traugott, E. 1993. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jucker, Andreas H. 1995. *Historical Pragmatics: Pragmatic Developments in the History of English*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- Lightfoot, D. 2006. *How new languages emerge*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mattos e Silva, R. V. 1989. *Estrutura trecentistas. Elementos para uma gramática do*

Português Arcaico. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Meillet, A. 1912. L'évolution des formes grammaticales; reimpresso in Meillet, A. 1958.

Linguistique Historique et Linguistique Générale. Paris: Champion, pp. 130-158.

Roberts, I.; Roussou, A. 2003. *Syntactic change. A minimalist approach to grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.